

à Av: Brasil, 782, Sumaré, Caraguatubá-SP, destinado à instalação do Anexo do Cartório Eleitoral.

Locadora: Levi Administradora de Bens LTDA-EPP.

Aditamento nº 04: Prorrogação em mais 12 meses. 01/04/23 a 31/03/24. Valor global de R\$ 23.649,48.

Assinatura: 29/03/2023.

EXTRATO DE CONTRATO

Pregão Eletrônico nº 186/2022 – PI 34196/22 – PC 5338/22 – Contrato 100/23

Objeto: Prestação de serviço de locação de cilindros e recarga de gases medicinais.

Contratada: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS

LTDA. – CNPJ nº 35.820.448/0213-03 – Valor: R\$ 681.445,68 (seiscentos e oitenta e um mil quatrocentos e quarenta e cinco reais sessenta e oito centavos).

Assinatura: 09/05/2023.

REABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 15/2023 – PI 11.224/23 – PC 308/23 – Edital 35/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ESCOLARES

Abertura: 06/06/2023 às 09h00min.

Edital e informações: <https://portal.datransparencia.caraguatuba.sp.gov.br/licitacoes/licitacoes>

CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATUBA



Câmara Municipal de Caraguatubá.

Relatório da Gestão Fiscal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Demonstrativo da Despesa com Pessoal

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

Despesa com Pessoal	Despesas Executadas nos Últimos 12 Meses												1º Quadrimestre de 2023	
	mai/2023	jun/2023	jul/2023	ago/2023	set/2023	out/2023	nov/2023	dez/2023	jan/2023	fev/2023	mar/2023	abr/2023	Total (últimos 12 meses) (a)	Inscrição em RP, nos meses de 2022 (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	908.364,04	1.012.813,40	1.039.429,00	927.385,10	871.092,78	881.785,64	887.332,00	1.808.416,85	774.084,32	862.042,11	1.036.311,94	854.237,30	11.948.361,33	11.912.086,48
Pessoal Ativo	905.111,28	1.009.958,84	1.036.374,24	924.500,34	868.237,99	878.900,90	884.377,24	1.803.345,90	771.331,46	864.187,35	1.033.472,79	851.188,13	11.912.086,48	11.912.086,48
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	781.604,13	886.638,47	966.011,51	748.368,54	744.495,03	754.471,60	749.744,41	1.491.91,81	718.329,04	748.407,85	903.468,54	816.060,51	10.310.987,54	10.310.987,54
Obrigações Patronais	123.507,05	123.320,37	70.362,73	176.131,80	123.742,96	124.429,30	114.632,83	311.554,09	52.902,42	115.783,50	130.004,25	135.127,62	1.601.103,91	1.601.103,91
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.854,76	2.854,76	2.854,76	2.854,76	2.854,76	2.854,76	2.854,76	4.503,71	2.854,76	2.854,76	3.039,17	3.039,17	36.374,89	36.374,89
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.854,76	2.854,76	2.854,76	2.854,76	2.854,76	2.854,76	2.854,76	4.503,71	2.854,76	2.854,76	3.039,17	3.039,17	36.374,89	36.374,89
Períodos														
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 18 da LRF) (II)														
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração														
Decorrentes de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração														
Inclusões e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	908.364,04	1.012.813,40	1.039.429,00	927.385,10	871.092,78	881.785,64	887.332,00	1.808.416,85	774.084,32	862.042,11	1.036.311,94	854.237,30	11.948.361,33	11.912.086,48

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.164.803.366,00	100,00
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)		
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas da Bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)		
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VII) = (IV - V - VI)	1.164.803.366,00	100,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + IIb)	11.948.361,33	1,03
LIMITE MÁXIMO (IX) (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	69.868.201,96	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	66.393.791,86	5,70
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (Inciso II do §1º do art. 29 da LRF)	62.899.381,76	5,40

RENATO LETTE CARVALHO DE AGUIAR
PRESIDENTE

ANGELA MARIA MUNIZ FERREIRA
Chefe de contabilidade e Orçamento
CRC: 208956-0/SP

FERNANDO DE MACEDO APPARECIDO
Agente Administrativo
CPF: 325.278.228-60

Página 1 de 1

GeoSIAP - PHCARAGUA - 09153104811



CARAGUATUBA
DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FOLHA 237

VISÃO

MUNICÍPIO DE CARAGUATUBA
A: 464828400001350
Data: 2023.05.25 11:01:54-03:00

ANEXO (PROPOSTA DE FINANCIAMENTO)

❖ **INVESTIMENTO:**

ÁREA DE INVESTIMENTO	VALOR
EDUCAÇÃO	R\$ 38.000.000,00
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO	R\$ 17.000.000,00
SAÚDE	R\$ 8.000.000,00
INFRAESTRUTURA VIÁRIA	R\$ 37.000.000,00
TOTAL INVESTIMENTO	R\$ 100.000.000,00

1) Situação Problema:

Necessidade de obras para manutenção, preservação e adequação da sede da Secretaria de Educação.

Necessidade de obras para manutenção, preservação e adequação das unidades escolares que atendem os alunos da Rede Municipal de Ensino, tendo em vista garantir bem-estar e segurança aos alunos, funcionários e comunidade escolar.

Oferecer ferramentas tecnológicas visando melhorar a qualidade de ensino e cumprimento das metas estabelecidas para os índices de avaliação da qualidade da educação, além da substituição dos equipamentos danificados e atualização dos recursos digitais disponibilizados em sala de aula.

Construção e reforma de equipamentos próprios e esportivos: Foi constatada a necessidade de reforma e construção de novos prédios, visto que atualmente a estrutura não atende toda população. Com a reforma dos prédios próprios e regularização da infraestrutura de prevenção a incêndios pode ser considerado o atendimento a toda população do município, estimada em 125 mil pessoas, trazendo segurança e conforto na utilização dos equipamentos públicos. A construção do Núcleo esportivo do Perequê Mirim vai atender a população do bairro e do entorno, trazendo oportunidades às crianças e jovens da região, que pode ser estimada em cerca de 30 mil pessoas.

Construção e reforma de obras de drenagens no município: O município de Caraguatatuba sofre com a necessidade de obras de drenagens, principalmente por ser uma cidade litorânea, onde o nível pode ser um problema no escoamento das águas. Dessa forma, se faz necessária a ampliação da rede de drenagem no município. Também foi constatada a necessidade de contenção da erosão do morro da prainha, incluindo terraplanagem e drenagem. Tais obras vão atender toda região Sul do município, estimada em cerca de 60 mil pessoas e o bairro da Prainha, trazendo segurança a cerca de 20 mil pessoas que vivem entorno ao morro.

Infraestrutura Viária: Considerando o crescimento populacional do município, vemos a necessidade de ampliação da estrutura viária do mesmo, já que a população vem habitando áreas sem infraestrutura, além da necessidade de manutenção da existente. Além de pavimentação, se faz necessária a manutenção da ciclovia do município, considerando a grande densidade de pessoas que utilizam esse meio de transporte. É estimado que cerca de 60 mil pessoas sejam beneficiadas por todas as obras de infraestrutura viárias previstas no plano.

Construção e reforma de equipamentos de saúde: Foi constatada a necessidade de manutenção e reforma em diversos prédios voltados a infraestrutura de saúde do município. Visto o crescimento populacional e necessidade de utilização desses equipamentos, pode ser considerado que o plano atenda toda a população, estimada em 125mil pessoas, já que as obras vão acontecer em diversas regiões do município, levando a descentralização dos atendimentos e melhorando a qualidade de vida.

Construção e reforma de unidades educacionais: Considerando a demanda reprimida de cerca de 1000 alunos na rede municipal de ensino, além da necessidade de reformas nos prédios existentes, foi constatada a necessidade de construção e reforma de unidades educacionais, visando o benefício e atendimento as necessidades básicas de toda a população.

2) Dados Estatísticos:

A Secretaria de Educação conta com 18 setores onde trabalham presencialmente 179 funcionários para atendimento interno e externo, sendo 2.850 servidores lotados nas unidades escolares e outros próprios, além de gerenciamento da vida escolar dos 20.804 alunos matriculados atualmente.

O município conta atualmente com 29 escolas que realizam atendimento do Ensino Fundamental, totalizando 13.929 alunos matriculados, atendidos por 1.452 servidores presencialmente.

O município conta atualmente com 25 escolas que realizam atendimento da Educação Infantil, totalizando 3.217 alunos matriculados, atendidos por 219 servidores presencialmente.

O município conta atualmente com 23 escolas que realizam atendimento de Creche, totalizando 3.690 alunos matriculados, atendidos por 1.055 servidores presencialmente.

A aquisição dos displays beneficiará os 13.929 alunos do Ensino Fundamental e 960 professores que poderão utilizar os recursos tendo em vista a melhoria da qualidade de ensino.

Em 2021 as notas alcançadas no IDEB foram 6.2 nos anos iniciais e 5.6 nos anos finais do Ensino Fundamental.

A aquisição dos displays beneficiará os 5.967 alunos matriculados nos Centros de Educação Infantil e 960 professores que poderão utilizar os recursos tendo em vista a melhoria da qualidade de ensino.

A aquisição dos projetores beneficiará os 13.929 alunos do Ensino Fundamental e 960 professores que poderão utilizar os recursos tendo em vista a melhoria da qualidade de ensino.

Em 2021 as notas alcançadas no IDEB foram 6.2 nos anos iniciais e 5.6 nos anos finais do Ensino Fundamental.

A aquisição dos projetores beneficiará os 5.967 alunos matriculados nos Centros de Educação Infantil e 960 professores que poderão utilizar os recursos tendo em vista a melhoria da qualidade de ensino.

3) Descrição do Investimento:

Contratação de serviços para execução de obras de reforma nas unidades da Rede Municipal de Ensino devido à necessidade de manutenção dos próprios públicos.

O valor contempla 534 itens relacionados na Ata de Registro de Preços nº 199/2022, Pregão Presencial nº 64/2022, com o objetivo de atender as demandas identificadas em levantamento feito pelo Setor de Manutenção da secretaria, objetivando garantir a segurança e bem-estar dos alunos, funcionários e comunidade escolar.

Aquisição de 51 displays de 75 polegadas e tela sensível ao toque para completar a demanda das unidades de ensino, sendo 29 para atendimento das escolas de Ensino Fundamental e 22 para atendimento dos Centros de Educação Infantil.

Aquisição de 50 projetores para completar a demanda das unidades de ensino, sendo 40 para atendimento das escolas de Ensino Fundamental e 10 para atendimento dos Centros de Educação Infantil.

Tendo em vista a natureza do investimento, entendemos que os benefícios esperados, tais como: melhoria da mobilidade urbana local e integração do sistema viário setorial, valorização dos imóveis públicos, segurança dos pedestres, ciclistas e de todos os usuários das vias, melhoria na qualidade de vida, redução nos gastos de manutenção das vias e prédios públicos, reduzindo os gastos com manutenção das infraestruturas que não apresentam viabilidade de mensuração financeira, mas superam os custos necessários correspondentes à operação de crédito pleiteada.

O Município de Caraguatatuba está em constante desenvolvimento e crescimento populacional, com carência de pavimentação, drenagem e obras de infraestrutura urbana, portanto, são necessárias intervenções em todas as suas regiões, permitindo a redução com gastos de manutenção. No que se refere à relação custo-benefício e ao interesse sócio-econômico da operação, entende-se que a operação não é mensurável financeiramente de forma explícita, mas que reduzirá consideravelmente os custos para o município e obterá ganhos sensíveis no âmbito do interesse econômico, quando na valorização dos imóveis diretamente abrangidos pelos efeitos da obra, quanto ao interesse social no que se referem à melhoria da mobilidade urbana, equipamentos esportivos, educacionais e de lazer, deslocamento de pedestres e ciclistas, com inserção de acessibilidades, trazendo benefícios diretos e qualidade de vida à sociedade.

1 – Informações sobre o Município e a Administração Municipal:

Município/UF:	CARAGUATATUBA/ SP
Endereço:	RUA LUIZ PASSOS JUNIOR, 50, CENTRO
	CNPJ 46.482.840/0001-39
Nome do Prefeito:	JOSE PEREIRA DE AGUILAR JUNIOR

2 – Condições do Proposta

Finalidade: Financiamento para custear obras de infraestrutura viária e drenagem, reformas e construções de prédios próprios, bem como investimentos na área de educação, saúde e modernização da gestão pública.

Destinação: Investimentos para a administração pública municipal e que as despesas sejam classificadas como despesas de capital, conforme legislação vigente.

Valor total do financiamento: R\$ 100.000.000,00 (Cem milhões de reais)

Prazo total: 120 meses

Prazo de carência: 12 meses

Prazo de amortização: 108 meses

Garantia

<input type="checkbox"/>	Débito em conta corrente expressa em Lei Autorizadora (Mecanismo de Autoliquidez)
<input checked="" type="checkbox"/>	Garantia da União

3 – Detalhamento dos Investimentos**3.1 – Área(s) de Investimento:**

	Área de Investimento	Valor Estimado (R\$)		Área de Investimento	Valor Estimado (R\$)
	Agricultura			Iluminação Pública	
	Cultura		x	Infraestrutura Viária	22.300.000,00
	Defesa Civil			Lazer	
x	Educação	38.000.000,00		Limpeza Pública	
	Eficiência Energética		x	Meio Ambiente	14.700.000,00
x	Esporte	2.000.000,00		Mobilidade Urbana	

x	Modernização da Gestão	15.000.000,00	x	Saúde	8.000.000,00
	Segurança Pública				
	Vigilância Sanitária				
	Inovação e Desenvolvimento				

3.2 – Componentes Financiados*

<input type="checkbox"/>	Estudos, projetos e consultorias	<input checked="" type="checkbox"/>	Móveis e Utensílios
<input checked="" type="checkbox"/>	Obras civis, instalações e montagens	<input type="checkbox"/>	Iluminação Pública
<input checked="" type="checkbox"/>	Máquinas, equipamentos e veículos novos	<input type="checkbox"/>	Capacitação Técnica e Gerencial
<input type="checkbox"/>	Serviços técnicos especializados	<input type="checkbox"/>	Sistema de Georreferenciamento
<input type="checkbox"/>	Softwares	<input type="checkbox"/>	Outros (descrever) :

***Obs.1:**

- Os componentes da proposta de financiamento devem estar previstos nas ações de investimentos do PPA e lei autorizadora.
- É permitido financiar apenas os componentes listados no Quadro.
- Os componentes "móveis e utensílios"; "capacitação técnica e gerencial de servidores", "veículos" e "serviços técnicos especializados" devem obrigatoriamente fazer parte do escopo do projeto, não sendo passível o financiamento de apenas um deles de forma isolada.
- A formalização do investimento dependerá da anuência formal do Financiador.

***Obs.2:** Atentar que as informações discriminadas nos itens "4 – Diagnóstico" e "5 - Descrição Resumida dos Investimentos" devem guardar relação com as **Áreas de Investimento** assinaladas no item "3.1".

4 – Diagnóstico

4.1 – Situação Problema:

4.1.1. Educação

Construção e reforma de unidades educacionais: Considerando a demanda reprimida de cerca de 1000 alunos na rede municipal de ensino, além da necessidade de reformas nos prédios existentes, foi constatada a necessidade de construção e reforma de unidades educacionais, visando o benefício e atendimento as necessidades básicas de toda a população.

Necessidade de obras para manutenção, preservação e adequação da sede da Secretaria de Educação.

Necessidade de obras para manutenção, preservação e adequação das unidades escolares que atendem os alunos da Rede Municipal de Ensino, tendo em vista garantir bem-estar e segurança aos alunos, funcionários e comunidade escolar.

Oferecer ferramentas tecnológicas visando melhorar a qualidade de ensino e cumprimento das metas estabelecidas para os índices de avaliação da qualidade da educação, além da substituição dos equipamentos danificados e atualização dos recursos digitais disponibilizados em sala de aula.

4.1.2 Modernização da Gestão

Construção e reforma de equipamentos próprios: Foi constatada a necessidade de reforma e modernização dos prédios utilizados para atendimento da população, bem como a construção de novos prédios, visto que atualmente a estrutura não atende toda população. Com a reforma dos prédios próprios e regularização da infraestrutura de prevenção a incêndios pode ser considerado o atendimento a toda população do município, estimada em 125 mil pessoas, trazendo segurança e conforto na utilização dos equipamentos públicos.

4.1.3 Esportes

Construção e reforma de equipamentos esportivos: Foi constatada a necessidade de reformar e modernizar vários equipamentos públicos disponibilizados a população para prática esportiva, além da necessidade da construção do Núcleo esportivo do bairro Perequê Mirim, um dos bairros mais populosos do município e que está em constante expansão, o Núcleo Esportivo do Perequê Mirim atenderá uma demanda reprimida e irá desonerar o trânsito local do entorno, já que os moradores do bairro que praticam atividades físicas não necessitarão se deslocar para outros bairros que já possuem centro esportivo.

4.1.4 Meio Ambiente

Construção e reforma de obras de drenagens no município: O município de Caraguatatuba sofre com a dificuldade de escoamento das águas fluviais devido a paridade com o nível do mar, sendo necessário a ampliação da rede de drenagem no município.

O bairro Porto Novo, na região Sul do município, vem registrando enchentes causadas pela variação da maré e pela dificuldade de escoamento do rio Juqueriquerê no mar, especialmente em períodos de fortes chuvas.

O bairro da Prainha, que é um dos pontos turísticos mais expressivos da cidade e concentra boa parte dos turistas na alta temporada, também vem sofrendo os danos ambientais causados pelas fortes chuvas e variação da maré, sendo registrado com frequência enchentes e a erosão do morro da Prainha, que margeia o bairro e a praia.

A obra de enrocamento do Rio Juqueriquerê que desagua no bairro do Porto Novo e contenção da erosão do morro da Prainha através de terraplanagem e drenagem são obras que tem o objetivo de mitigar os danos ambientais causados pelas chuvas e variações da maré. Tais obras vão atender boa parte da população da região Sul do município, estimada em cerca de 60 mil pessoas e os moradores do bairro da Prainha, trazendo segurança a cerca de 20 mil pessoas que vivem no entorno do morro.

4.1.5 Saúde

Construção e reforma de equipamentos de saúde: Foi constatada a necessidade de manutenção e reforma em diversos prédios voltados a infraestrutura de saúde do município. Visto o crescimento populacional e necessidade de utilização desses equipamentos, pode ser considerado que o plano atenda toda a população, estimada em 125 mil pessoas, já que as obras vão acontecer em diversas regiões do município, levando a descentralização dos atendimentos e melhorando a qualidade de vida.

4.1.6 Infraestrutura viária

O Município de Caraguatatuba está em constante desenvolvimento e crescimento populacional, com carência de pavimentação, drenagem e obras de infraestrutura urbana e viária, portanto, são necessárias intervenções em todas as regiões do município, com destaque para os bairros Perequê Mirim, Travessão, Golfinhos, Pegorelli e Vapapesca.

4.2 – Dados Estatísticos:

4.2.1. Educação

A Secretaria de Educação conta com 18 setores onde trabalham presencialmente 179 funcionários para atendimento interno e externo, sendo 2.850 servidores lotados nas unidades escolares e outros próprios, além de gerenciamento da vida escolar dos 20.804 alunos matriculados atualmente.

O município conta atualmente com 29 escolas que realizam atendimento do Ensino Fundamental, totalizando 13.929 alunos matriculados, atendidos por 1.452 servidores presencialmente.

O município conta atualmente com 25 escolas que realizam atendimento da Educação Infantil, totalizando 3.217 alunos matriculados, atendidos por 219 servidores presencialmente.

O município conta atualmente com 23 escolas que realizam atendimento de Creche, totalizando 3.690 alunos matriculados, atendidos por 1.055 servidores presencialmente.

A aquisição dos displays beneficiará os 13.929 alunos do Ensino Fundamental e 960 professores que poderão utilizar os recursos tendo em vista a melhoria da qualidade de ensino.

Em 2021 as notas alcançadas no IDEB foram 6.2 nos anos iniciais e 5.6 nos anos finais do Ensino Fundamental.

A aquisição dos displays beneficiará os 5.967 alunos matriculados nos Centros de Educação Infantil e 960 professores que poderão utilizar os recursos tendo em vista a melhoria da qualidade de ensino.

A aquisição dos projetores beneficiará os 13.929 alunos do Ensino Fundamental e 960 professores que poderão utilizar os recursos tendo em vista a melhoria da qualidade de ensino.

Em 2021 as notas alcançadas no IDEB foram 6.2 nos anos iniciais e 5.6 nos anos finais do Ensino Fundamental.

A aquisição dos projetores beneficiará os 5.967 alunos matriculados nos Centros de Educação Infantil e 960 professores que poderão utilizar os recursos tendo em vista a melhoria da qualidade de ensino.

4.2.2. Modernização da Gestão

Reforma e modernização dos prédios próprios utilizados para o atendimento da população e regularização da infraestrutura de prevenção a incêndios, bem com o a construção de novos prédios beneficiará toda a população do município, estimada em 125

mil pessoas, trazendo melhores condições de trabalho para os 4.937 servidores do município, aumentando a produtividade e agilidade no atendimento das demandas da população e maior segurança e conforto na utilização dos equipamentos públicos.

Os cofres públicos do município serão beneficiados com a economia gerada pela diminuição da manutenção corretiva dos prédios que serão reformados e modernizados com os recursos do financiamento, visto que em 2022 foram gastos aproximadamente R\$ 5,6 milhões com manutenção e estima-se uma economia de 20% desse valor com o financiamento.

4.2.3. Esportes

Conforme último levantamento da Secretária de Esportes, foram realizados 183.086 atendimentos nos equipamentos públicos de esporte do município em 2022. São munícipes que praticaram alguma atividade esportiva utilizando a infraestrutura fornecida pela prefeitura.

A construção do Núcleo Esportivo do Perequê Mirim ampliará esse número, uma vez que atenderá a população do bairro e do entorno, estimada em 30 mil pessoas, trazendo oportunidades às crianças e jovens da região, além da melhoria da qualidade de vida para todas as faixas etárias.

4.2.4. Meio Ambiente

Para amenizar o problema de escoamento de águas fluviais devido à igualdade com o nível do mar, o município de Caraguatatuba executará obras de drenagem em pontos estratégicos como é o caso da obra de enrocamento do rio Juqueriquerê que desagua no bairro Porto Novo, essa obra beneficiará boa parte da região Sul da cidade com uma população estimada em 60 mil pessoas.

O bairro da Prainha também será beneficiado com uma obra de contenção de erosão do morro que margeia o bairro e a praia, a obra de contenção vai beneficiar cerca de 20 mil pessoas que moram no entorno do morro, além de beneficiar indiretamente o setor de turismo, visto que este é um dos pontos turísticos mais expressivos da cidade.

4.2.5. Saúde

O município de Caraguatatuba dispõe atualmente de 18 prédios que são utilizados para prestação de serviço de saúde para a população do município, dentre eles Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidades de Pronto Atendimento (UPA), foi constatada a necessidade de manutenção e reforma de boa parte desses prédios, modernizando a infraestrutura de saúde do município. Essas reformas beneficiarão toda a população do município, estimada em 125 mil pessoas, já que as obras ocorrerão em diversas regiões do município, melhorando a qualidade do atendimento e levando a descentralização dos atendimentos, com consequente melhoria da qualidade de vida da população e do trânsito.

4.2.6 Infraestrutura viária

O município de Caraguatatuba está em constante desenvolvimento e crescimento populacional, com carência de infraestrutura viária em bairros que estão passando por um rápido crescimento, pretende-se com esse financiamento executar a infraestrutura viária para esses bairros, beneficiando as pessoas que utilizam as vias públicas diariamente.

Serão ao menos 12 avenidas principais localizadas em bairros que passam por constante expansão imobiliária que serão pavimentadas.

5 – Descrição Resumida dos Investimentos

5.1 Educação

Contratação de serviços para execução de obras de reforma nas unidades da Rede Municipal de Ensino devido à necessidade de manutenção dos próprios públicos.

O valor contempla 534 itens relacionados na Ata de Registro de Preços nº 199/2022, Pregão Presencial nº 64/2022, com o objetivo de atender as demandas identificadas em levantamento feito pelo Setor de Manutenção da secretaria, objetivando garantir a segurança e bem-estar dos alunos, funcionários e comunidade escolar.

Aquisição de 51 displays de 75 polegadas e tela sensível ao toque para completar a demanda das unidades de ensino, sendo 29 para atendimento das escolas de Ensino Fundamental e 22 para atendimento dos Centros de Educação Infantil.

Aquisição de 50 projetores para completar a demanda das unidades de ensino, sendo 40 para atendimento das escolas de Ensino Fundamental e 10 para atendimento dos Centros de Educação Infantil.

5.2 Modernização da Gestão

Reforma e modernização dos prédios próprios utilizados para o atendimento da população e regularização da infraestrutura de prevenção a incêndios, bem como a construção de novos prédios beneficiará boa parte dos 4.937 servidores do município, aumentando a produtividade e agilidade no atendimento das demandas da população e maior segurança e conforto na utilização dos equipamentos públicos.

Os cofres públicos do município serão beneficiados com uma economia de R\$ 1,2 milhão gerada pela diminuição da manutenção corretiva dos prédios que serão reformados e modernizados com os recursos do financiamento.

5.3 Esportes

Conforme último levantamento da Secretária de Esportes, foram realizados 183.086 atendimentos nos equipamentos públicos de esporte do município em 2022. São munícipes que praticaram alguma atividade esportiva utilizando a infraestrutura fornecida pela prefeitura.

Em 2023 já foram realizados 29.049 atendimentos, a reforma dos equipamentos esportivos beneficiará de forma direta os munícipes inscritos nos programas de prática esportiva oferecidos pela prefeitura, trazendo qualidade de vida e servindo como celeiro para a formação de novos atletas que poderão representar o município em competições esportivas nacionais e internacionais, além de habilitar o município para sediar competições esportivas regionais e estaduais.

A construção do Núcleo Esportivo do Perequê Mirim, além de corroborar para a estatística citada no parágrafo anterior, vai ampliar a capacidade do município de atendimento da população na área esportes, visto que a população do bairro e do entorno está estimada em 30 mil pessoas, além de trazer benefícios indiretos em outras áreas da gestão como desonerar o trânsito na região com consequente diminuição nos números de acidentes de trânsito e desonerar os equipamentos de saúde, visto que o sedentarismo é uma das principais causas de surgimento de doenças na sociedade moderna.

5.4 Meio ambiente

As obras de drenagem para melhor escoamento de águas fluviais e de mitigação dos danos ambientais causados pela variação da maré, como é o caso da obra de

enrocamento do rio Juqueriquerê na região Sul, e a obra de drenagem e contenção de erosão no morro da Prainha, beneficiarão de forma direta mais de 80 mil pessoas, além de trazer uma economia aos cofres públicos do município ao mitigar o pagamento de auxílio às vítimas atingidas pelas fortes chuvas, como ocorreu recentemente com o pagamento do benefício Auxílio Recomeço, em que o município pagou o montante superior a R\$ 500 mil reais às famílias afetadas pelas fortes chuvas ocorridas em fevereiro de 2023.

5.5 Saúde

As reformas de parte dos 18 prédios públicos destinados a entrega de serviços de saúde a população do município beneficiará toda a população, estimada em 125 mil pessoas e trará benefícios no trânsito da cidade e na percepção de melhoria de qualidade de vida da população, já que as obras ocorrerão em diversas regiões do município, melhorando a qualidade do atendimento e levando a descentralização dos atendimentos.

5.6 Infraestrutura Viária

O município de Caraguatatuba está em constante desenvolvimento e crescimento populacional, com carência de infraestrutura viária em bairros que estão passando por um rápido crescimento, pretende-se com esse financiamento executar a infraestrutura viária para esses bairros em ao menos 12 avenidas principais, beneficiando as pessoas que utilizam as vias públicas diariamente.

5.7 Considerações finais

O Município de Caraguatatuba esta em constante desenvolvimento e crescimento populacional, com carência de pavimentação, drenagem e obras de infraestrutura urbana, portanto, são necessárias intervenções em todas as suas regiões, permitindo a redução com gastos de manutenção. No que se refere à relação custo-benefício e ao interesse sócio - econômico da operação, entende-se que a operação não é mensurável financeiramente de forma explícita, mas que reduzirá consideravelmente os custos para o município e obterá ganhos sensíveis no âmbito do interesse econômico, quando na valorização dos imóveis diretamente abrangidos pelos efeitos da obra, quanto ao interesse social no que se referem à melhoria da mobilidade urbana, equipamentos esportivos, educacionais e de lazer, deslocamento de pedestres e ciclistas, com inserção de acessibilidades, trazendo benefícios diretos e qualidade de vida à sociedade.

Tendo em vista a natureza do investimento, entendemos que os benefícios esperados, tais como: melhoria da mobilidade urbana local e integração do sistema viário setorial, valorização dos imóveis públicos, segurança dos pedestres, ciclistas e de todos os usuários das vias, melhoria na qualidade de vida, redução nos gastos de manutenção das vias e prédios públicos, reduzindo os gastos com manutenção das infraestruturas que não apresentam viabilidade de mensuração financeira, mas superam os custos necessários correspondentes à operação de crédito pleiteada.

O Município de Caraguatatuba, pessoa jurídica de direito público interno, por seu representante legal José Pereira de Aguiar Júnior, declara ao Banco do Brasil, que são verdadeiras todas as informações prestadas. O representante legal do declarante está ciente, igualmente, de que a falsidade da declaração ora prestada acarretará a aplicação das sanções legais cabíveis, de natureza cível e penal.

Caraguatatuba (SP) , 19 de Maio de 2023

JOSÉ PEREIRA DE AGUILAR JUNIOR
Chefe do Poder Executivo
CPF 285.937.068-43

FOLHA 248
VISTO P

Caragatatuba (SP) , 19 de Maio de 2023

**JOSE PEREIRA DE
AGUILAR**

JUNIOR:28593706843

Assinado de forma digital por JOSE
PEREIRA DE AGUILAR
JUNIOR:28593706843
Dados: 2023.05.25 10:18:41 -03'00'

JOSÉ PEREIRA DE AGUILAR JUNIOR

Chefe do Poder Executivo

CPF 285.937.068-43

FOLHA 249
VISTO P

PROGRAMA EFICIÊNCIA MUNICIPAL

O que é?

Linha de crédito com a finalidade de apoiar projetos de investimentos ou aquisição de bens e serviços de forma isolada para a administração pública municipal, voltados à melhoria da infraestrutura e da eficiência na gestão pública. A linha oferece:

Rapidez - Agilidade na análise, aprovação e contratação do crédito.

Atratividade - Taxas de Juros competitivas com o mercado.

Sustentabilidade - Contribui para a melhoria da eficiência da administração pública.

Contribui para a melhoria da eficiência da administração pública.

Tem como objetivo apoiar projetos de investimentos ou a aquisição de bens e serviços de forma isolada para a administração pública municipal voltados à melhoria da infraestrutura e da eficiência na gestão pública, e cujo enquadramento contábil, à luz da legislação vigente, seja classificado como despesas de capital, segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

As operações se destinam a:

1. aumentar a eficiência na administração pública;
2. melhorar a qualidade dos serviços públicos;
3. contribuir com o desenvolvimento econômico dos municípios e a qualidade de vida das comunidades.

PROGRAMA EFICIÊNCIA MUNICIPAL - PROJETOS DE INVESTIMENTO

Forma de Apoio:

São apoiáveis projetos de investimentos da administração pública, alinhados ao planejamento municipal (PPA, LDO e LOA). Entende-se por projeto o conjunto de ações encadeadas que visam ao alcance de um objetivo, não sendo financiadas ações isoladas.

* Áreas de apoio

- São áreas apoiáveis:

- agricultura;
- cultura;
- defesa civil;
- educação;
- eficiência energética;
- iluminação pública;
- esporte;
- infraestrutura viária;
- modernização da gestão;
- lazer;
- limpeza pública;
- meio ambiente;
- mobilidade urbana;

- saúde;
- segurança pública;
- vigilância sanitária;
- Inovação e desenvolvimento.

*** Itens apoiáveis**

- Podem ser financiados itens tais como os relacionados a seguir:
- Estudos, projetos e consultorias;
- Obras civis, instalações e montagens;
- Móveis e utensílios;
- Capacitação técnica e gerencial de servidores;
- Serviços técnicos especializados;
- Máquinas, equipamentos e veículos, novos;
- Softwares.
- sistemas de videomonitoramento, com objetivo de monitoramento do trânsito e de segurança pública.

São passíveis de financiamento desde que integrem projeto da área Infraestrutura viária e mobilidade urbana:

- placas de sinalização, observadas os normativos do Código Nacional de Trânsito.

São passíveis de apoio os projetos para implantação de sistemas de energia solar ou sistema fotovoltaico em prédios e áreas públicas próprias do ente público, vinculados à área de eficiência energética.

O projeto financiado deve estar previsto na LOA do município, não sendo passível o apoio a itens de forma isolada.

*** Itens não apoiáveis**

Não são passíveis de apoio:

- a aplicação dos recursos em despesas correntes, conforme inciso I, § 1º, de artigo 35 da Lei Complementar de nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- aquisição de armamentos, em quaisquer de suas modalidades;
- a restauração e a manutenção periódica das vias públicas pavimentadas, em serviços do tipo "operação tapa buraco" ou similar, quando não houver acréscimo dos benefícios econômicos futuros e nem geração de incremento significativo na vida útil do bem;
- a aquisição ou arrendamento de bens imóveis e benfeitorias em imóveis de terceiros;
- a aquisição de máquinas, equipamentos e veículos usados;
- os gastos com desapropriação ou aquisição de terrenos;
- ressarcimento de despesas realizadas com recursos próprios, anteriores à data do contrato;
- obras civis nos financiamento de aquisição de bens ou serviços.
- Instalação industrial destinada ao abate, processamento e armazenamento de produtos de origem animal.
- prazo: até 120 (cento e vinte) meses, incluindo a carência de até 12 (doze) meses.
- limite financiável: até 100% do projeto de financiamento, observado o teto de financiamento.

PROGRAMA EFICIÊNCIA MUNICIPAL - PEM + SUSTENTÁVEL

Forma de apoio

São apoiáveis projetos de investimentos da administração pública, alinhados ao planejamento municipal (PPA, LDO e LOA). Entende-se por projeto o conjunto de ações encadeadas que visam ao alcance de um objetivo, não sendo financiadas ações isoladas.

* Áreas de apoio

São áreas apoiáveis:

- Energia Renovável;
- Eficiência Energética;
- Tratamento de resíduos.

Itens apoiáveis

Podem ser financiados itens tais como os relacionados a seguir:

- Estudos, projetos e consultorias;
- Obras civis, instalações e montagens;
- Serviços técnicos especializados;
- Máquinas, equipamentos novos;

São passíveis de apoio os projetos para implantação de sistemas de energia solar ou sistema fotovoltaico em prédios e áreas públicas próprias do ente público, vinculados à área de energia renovável.

São passíveis de financiamento os projetos para substituição de lâmpadas, vinculados à área de Eficiência Energética.

São passíveis de apoio os projetos para a implantação de biodigestores, vinculados à área de Tratamento de resíduos.

O projeto financiado deve estar previsto na LOA do município, não sendo passível o apoio a itens de forma isolada.

Itens não apoiáveis

Não são passíveis de apoio:

- a aplicação dos recursos em despesas correntes, conforme inciso I, § 1º, de artigo 35 da Lei Complementar de nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- a aquisição ou arrendamento de bens imóveis e benfeitorias em imóveis de terceiros;
- a aquisição de máquinas e equipamentos usados;
- os gastos com desapropriação ou aquisição de terrenos;
- ressarcimento de despesas realizadas com recursos próprios, anteriores à data do contrato.
- prazo: até 120 (cento e vinte) meses, incluindo a carência de até 36 (trinta e seis) meses.
- limite financiável: até 100% do projeto de financiamento, observado o teto de financiamento.

PROGRAMA EFICIÊNCIA MUNICIPAL - AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Formas de apoio

São apoiáveis aquisição de máquinas, equipamentos, veículos e softwares, de forma isolada, além de capacitação de servidores e serviços técnicos especializados vinculados aos bens, desde que previstos no planejamento municipal (PPA, LDO e LOA).

* Áreas de apoio

São áreas apoiáveis:

- agricultura;
- cultura;
- defesa civil;
- educação;
- eficiência energética;
- esporte;
- infraestrutura viária;
- lazer;
- limpeza pública;
- meio ambiente;
- mobilidade urbana;
- saúde;
- segurança pública;
- vigilância sanitária;
- Inovação e desenvolvimento.

Itens apoiáveis

São passíveis de apoio, de forma isolada, os itens como os relacionados a seguir, de acordo com a área de atuação: os sítios do FNS, FNDE e Abimaq podem ser utilizados como referência para a escolha dos itens financiáveis, ficando a definição do modelo, especificação e fornecedores a critério do cliente, mediante processo licitatório.

Itens não financiáveis

Não são passíveis de apoio:

A aplicação dos recursos em despesas correntes, conforme inciso I, § 1º, de artigo 35 da Lei Complementar de nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

- aquisição de armamentos, em quaisquer de suas modalidades;
- a aquisição de máquinas, equipamentos e veículos usados;
- ressarcimento de despesas realizadas com recursos próprios, anteriores à data do contrato;
- A aquisição ou arrendamento de bens imóveis e benfeitorias em imóveis de terceiros;
- obras civis.

Prazo: até 60 (sessenta) meses, incluindo a carência de até 6 (seis) meses, até 100% do financiamento, limitado ao teto de financiamento.

PROGRAMA EFICIÊNCIA MUNICIPAL BID PROGEINFRA PROJETOS DE INVESTIMENTO

Forma de Apoio

São apoiáveis projetos de investimentos da administração pública, alinhados ao planejamento municipal (PPA e LOA) nas seguintes áreas:

- Eficiência Energética dos edifícios públicos, Iluminação Pública e Geração Distribuída: com ações para incrementar a eficiência energética em prédios públicos municipais e iluminação pública, incluindo a substituição de equipamentos por outros de maior eficiência, instalação de sistemas de controle, e geração distribuída;
- Redução de Perdas no Sistema de Abastecimento de Água: por meio de ações para redução de perdas em sistemas de abastecimento de água, incluindo serviços, a aquisição e instalação de máquinas, equipamentos operacionais (Macromedidores, Micromedidores, Válvulas e outros) e sistemas de gestão;
- Infraestrutura Viária do sistema de transporte municipal: com o financiamento de reabilitação e pavimentação das vias existentes e aquisição e instalação de máquinas e equipamentos para manutenção de infraestrutura viária.

Itens apoiáveis

São passíveis de financiamento:

- Eficiência Energética:
 - projetos para eficiência energética de edifícios públicos: iluminação eficiente para interiores (LED); troca de equipamentos por novos equipamentos de maior eficiência (selo PROCEL A), incluindo ar-condicionado, bombas de água e outros motores (elevadores); hardware e rede lógica para gestão da iluminação interior e controle inteligente de consumo de energia;
- Geração Distribuída:
 - projetos para a geração distribuída: placa solar fotovoltaica, estrutura metálica, inversor, carregador, stringbox, fios, cabos, conectores, aterramento, módulo, chaves, disjuntores, painel, medidor, quadro de distribuição e bateria.
- Iluminação Pública:
 - Aquisição e instalação de conjuntos luminotécnicos (LED): postes, lâmpadas, suportes, chaves, reatores, relês, chave de comando, conexão elétrica, cabos, condutores, braços e materiais de fixação;
 - Software, hardware e rede lógica para gestão da iluminação pública e controle inteligente;
 - Para municípios que demonstrem que possuem iluminação pública eficiente, possibilidade de aquisição de:
 - veículos: Caminhão, caminhonete, pick-up 4x4 ou 4x2, furgão; moto e guindaste e cesto aéreo;
 - equipamentos para veículos: munk, escada extensiva, compartimento de ferramentas e iluminação de alerta;
 - Máquinas e equipamentos de manobra e rádio comunicador.
 - Redução de Perdas no Sistema de Abastecimento de Água:
 - construção de caixas de concreto para válvulas; equipamentos hidráulicos; retroescavadeiras; compactadores;

- serviços técnicos especializados; preparação de um PROGRAMA de redução de perdas (detalhe de projeto básico, lista de materiais e equipamentos); projeto de elaboração de setorização de Distritos de Medição e Controle (DMC);
- fornecimento e instalação de micromedidores, macromedidores, válvulas e outros equipamentos e serviços para implantação de Distritos de Medição e Controle (DMC);
- serviços de pesquisa, identificação e reparação de vazamentos invisíveis no sistema de fornecimento de água;
- serviços de cadastro de clientes com o intuito de atualizar informações cadastrais e identificar usuários clandestinos;
- implantação de protocolos para descarte de equipamentos substituídos, caso aplicável.
- Infraestrutura Viária e Mobilidade Urbana:
 - placas de sinalização, observadas os normativos do Código Nacional de Trânsito;
 - reabilitação/pavimentação de vias locais existentes, incluindo drenagem, urbanização (calçadas, ciclovias, pontos de parada, sinalização, acessibilidade universal);
- caminhões; carrocerias; tratores; carregadeira; escavadeira hidráulica; pá carregadeira; motoniveladora; retroescavadeira; rolo compressor; compactador de solo; e demais máquinas e equipamentos.
- O projeto financiado deve estar previsto na LOA do município, não sendo passível o apoio a itens de forma isolada.

Itens não apoiáveis:

Não são passíveis de apoio:

- a aplicação dos recursos em despesas correntes, conforme inciso I, § 1º, de artigo 35 da Lei Complementar de nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- aquisição de armamentos, em quaisquer de suas modalidades;
- a restauração e a manutenção periódica das vias públicas pavimentadas, em serviços do tipo "operação tapa buraco" ou similar, quando não houver acréscimo dos benefícios econômicos futuros e nem geração de incremento significativo na vida útil do bem;
- a aquisição ou arrendamento de bens imóveis e benfeitorias em imóveis de terceiros;
- a aquisição de máquinas, equipamentos e veículos usados;
- os gastos com desapropriação ou aquisição de terrenos;
- ressarcimento de despesas realizadas com recursos próprios, anteriores à data do contrato;
- obras civis nos financiamentos de aquisição de bens ou serviços;
- instalação industrial destinada ao abate, processamento e armazenamento de produtos de origem animal;
- projetos com necessidade de reassentamento de famílias e atividades econômicas;
- projetos que sejam objeto de demandas apresentadas por grupos indígenas e/ou que impliquem em impacto em áreas protegidas e terras indígenas;
- projetos que impliquem potenciais impactos ambientais a serem avaliados e mitigados em Estudo de Impacto Ambiental, como o EIA/RIMA;
- aquisições e contratações de países não membros do BID.;
- contratos com empresas ou indivíduos sancionados pelo BID por terem praticado práticas proibidas;
- compra de ações;

- sistemas de videomonitoramento, com objetivo de monitoramento do trânsito;
- importação direta ou indireta de países não membros do BID com recursos do financiamento;
- Atividades incluídas na lista de exclusão padrão do BID.

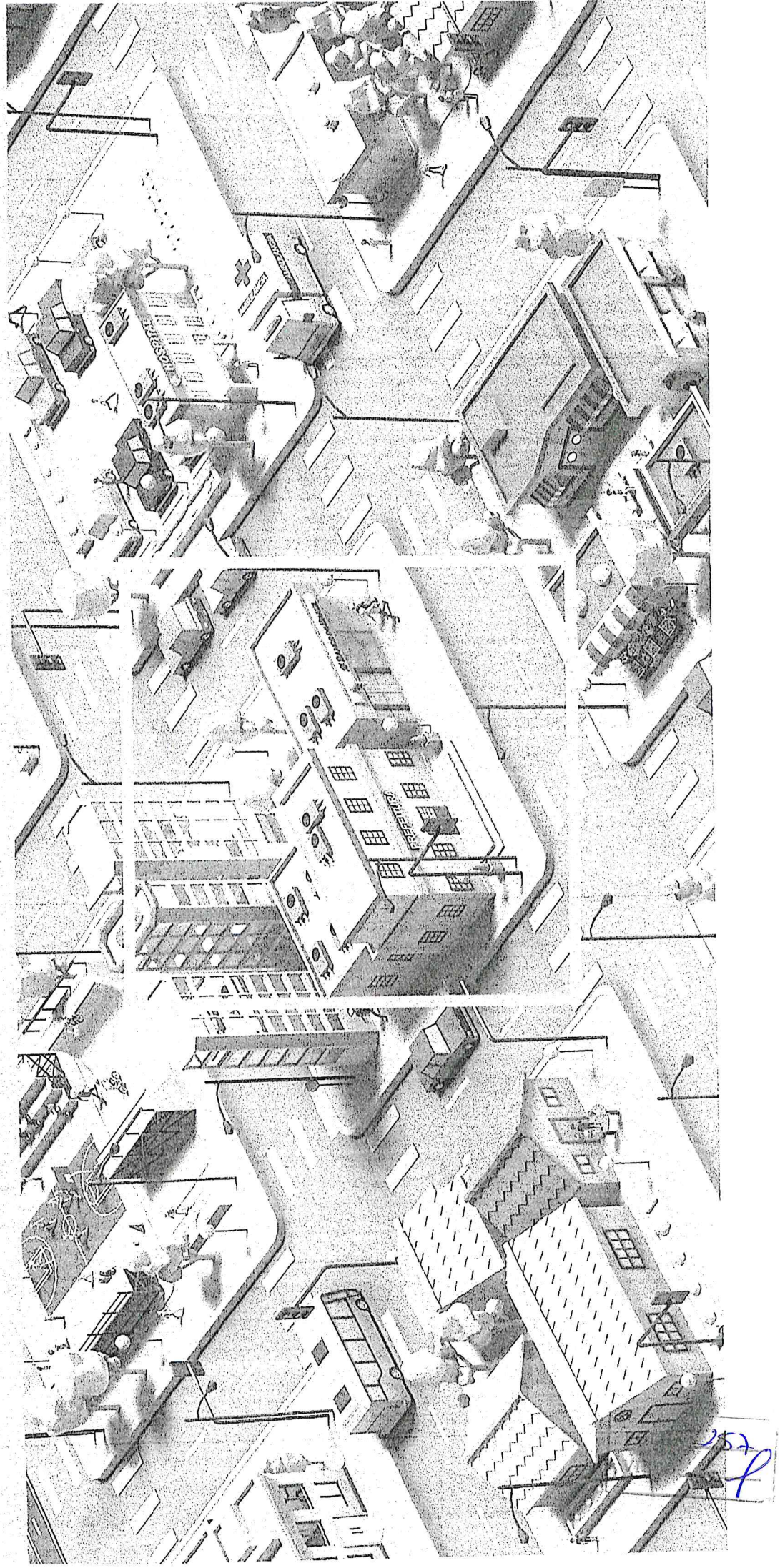
Prazo de até 120 (cento e vinte) meses para operações de até R\$ 5 milhões e até 180 (cento e oitenta) meses para operações acima de R\$ 5 milhões, incluindo a carência de até 12 (doze) meses.

Programa Eficiência Municipal

Solução de Crédito para Investimentos



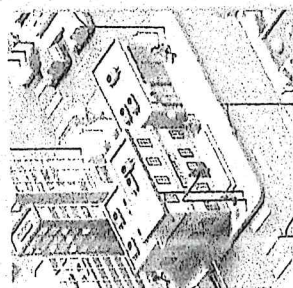
#pública



Cenário



Prefeituras

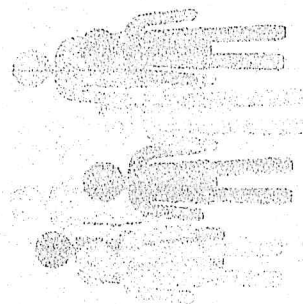


Dependência de recursos
não gerados localmente

Cenário econômico impacta
a receita do município

Dificuldade na gestão dos
recursos para investimentos

Sociedade

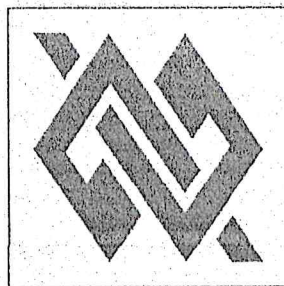


Demandas da população

Melhoria dos
serviços públicos

Eficiência na gestão
dos recursos públicos

Banco do Brasil



Parceiro na viabilização
de políticas públicas

Cooperação em
Programas de Governo

Apoio ao desenvolvimento
socioeconômico

Legislação do Crédito ao Setor Público



☐ A Resolução CMN nº 4589/2017 (Contingenciamento do Crédito ao Setor Público) define limite global anual para contratação de operações com o Setor Público. Para 2020 os valores

são:

☐ Com Garantia da União: R\$ 4,5 bilhões

☐ Sem Garantia da União: R\$ 7,5 bilhões

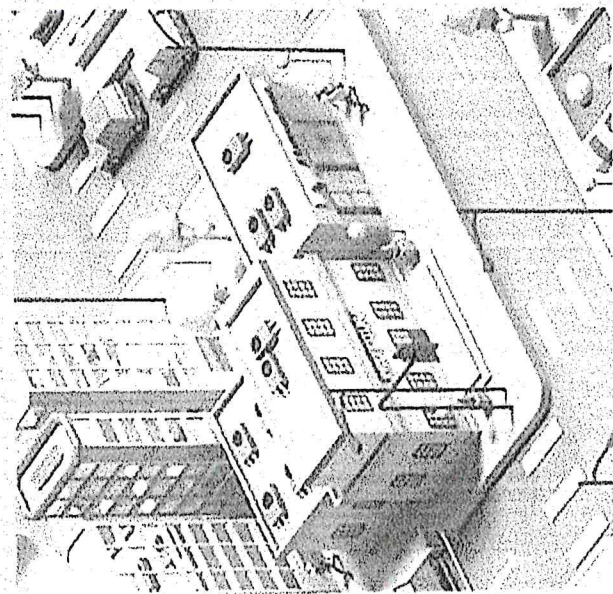
☐ A Portaria Ministério da Fazenda nº 501/2018 define que a Verificação de Limite e condições deverá ser realizada pelas instituições financeiras para operações de valor até R\$ 5 milhões e cuja relação entre o valor da dívida Consolidada (DC) e a Receita Líquida (RCL) do ente público for igual ou inferior a 1.

Programa Eficiência Municipal



Finalidade

Solução de crédito para aquisição de máquinas, equipamentos e veículos e apoio a projetos de investimentos.

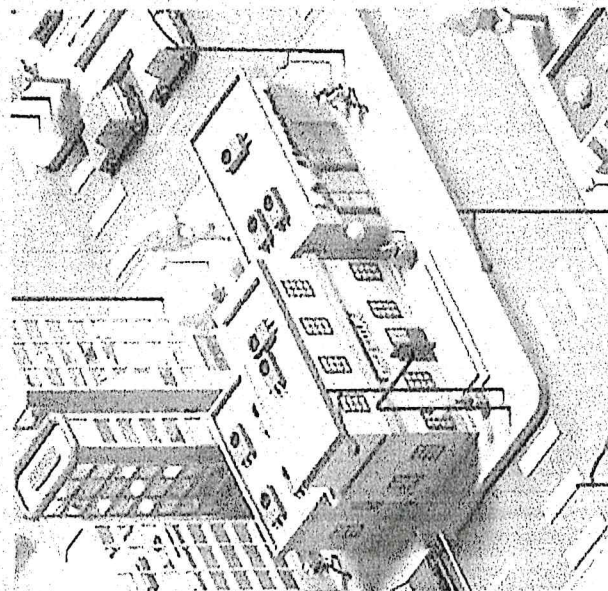


Programa Eficiência Municipal



Objetivos

- ☐ Melhorar a eficiência na gestão pública
- ☐ Viabilizar a implementação de políticas públicas
- ☐ Promover a melhoria dos serviços públicos
- ☐ Auxiliar no desenvolvimento socioeconômico
- ☐ Aumentar a qualidade de vida da população



Programa Eficiência Municipal



Educação

Saúde

Cultura

Lazer

Esporte

Vigilância
Sanitária

Limpeza
Pública

Defesa
Civil

Iluminação
Pública

Infraestrutura Viária
e Mobilidade Urbana

Agricultura

Meio Ambiente

Segurança
Pública

Gestão
Pública

Eficiência
Energética

15 Áreas
Apoiáveis

Público alvo
Municípios

262
f

Aquisição de bens e serviços

FOLHA 263

VISTO

SETOR PÚBLICO



Itens financiáveis

Máquinas

Equipamentos

Veículos

Softwares

Características

- ☐ Aquisição isolada de bens e serviços
- ☐ Agilidade na análise da proposta, aprovação e contratação
- ☐ Facilidade na liberação e comprovação de uso dos recursos

Condições

Prazo:
60 meses

Carência:
06 meses

Limite Financiável:
Até 100%

Garantia: Reserva
meio de pagamento

Financiamento de Projetos

Itens financiáveis

Projetos

Máquinas

Equipamentos

Veículos

Softwares

Características

- ☐ Desembolsos conforme licitações e comprovações da aplicação dos recursos
- ☐ Análise simplificada do projeto para aprovação prévia pelo Banco

Condições

Prazo:
96 meses

Carência:
12 meses

Limite Financiável:
Até 100%

**Reserva de meio de
pagamento
Garantia da União**

FOLHA 265
VISTO

SETOR PÚBLICO

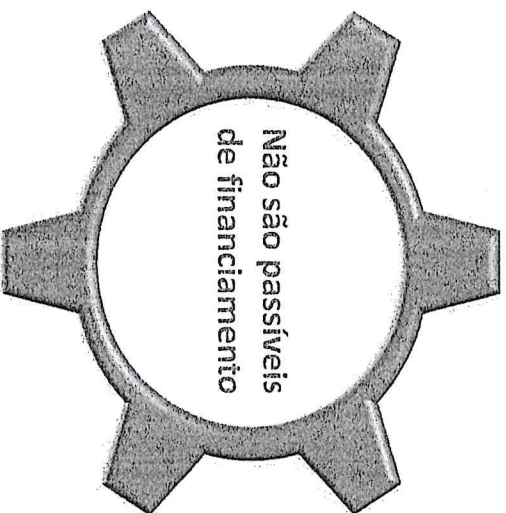
Programa Eficiência Municipal

Máquinas, equipamentos,
veículos e bens usados

Instalação industrial destinada
ao abate, processamento e
armazenamento de produtos
de origem animal.

Gastos com desapropriação,
aquisição e arrendamento de
bens imóveis e benfeitorias

Despesas correntes, conforme
Inciso I, §1º, de artigo 35 da
LRF



Restauração e manutenção
periódica das vias públicas
pavimentadas, do tipo
"operação tapa buraco"

Aquisição de armamentos, em
quaisquer de suas
modalidades

Empreendimentos cuja
responsabilidade pela
execução e acompanhamento
não seja do Ente

Vedações quanto à finalidade
do crédito definidas na
IN 528-1

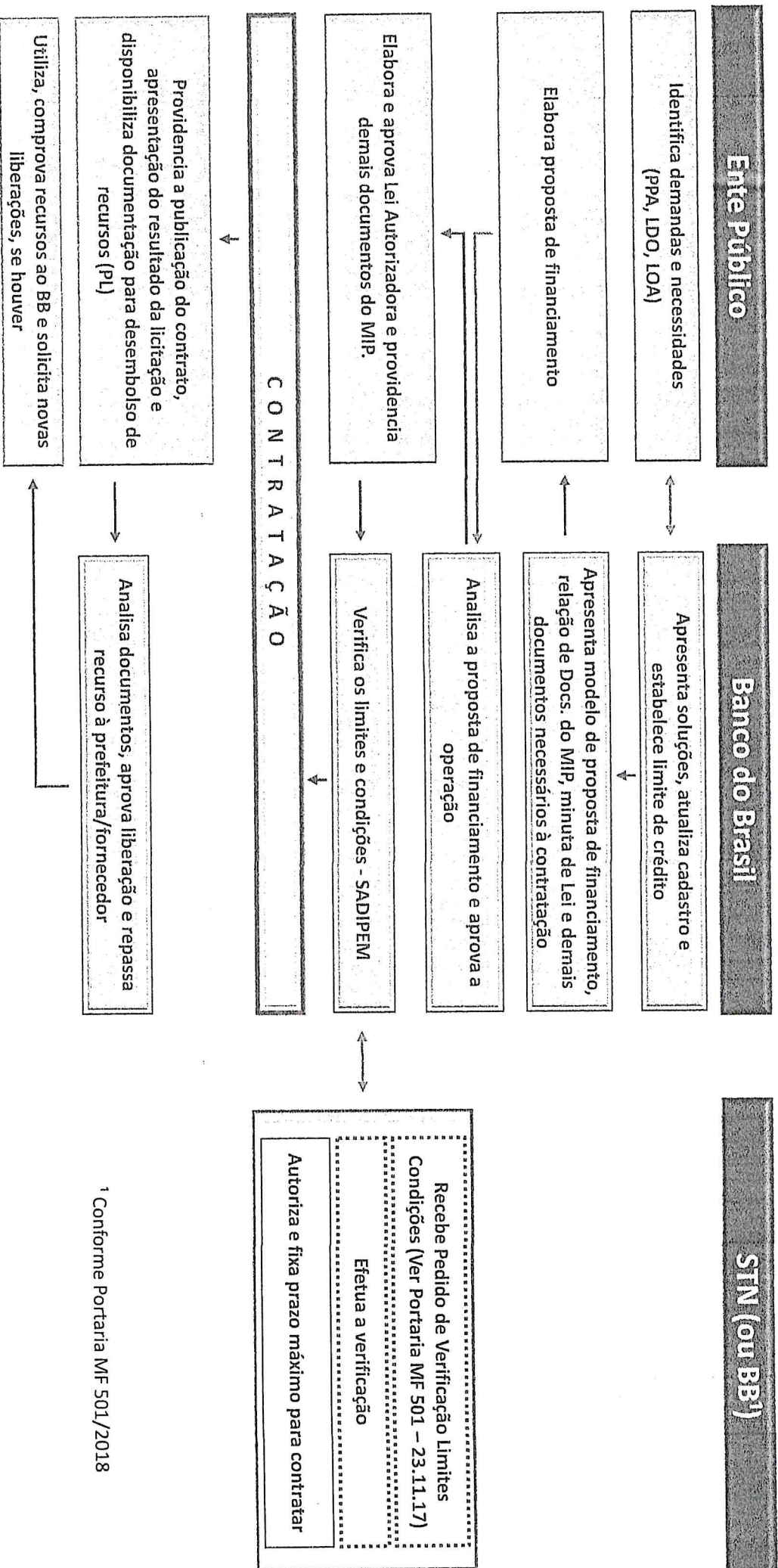
FOLHA 265

VÍDEO

SETOR PÚBLICO



Fluxo Operacional

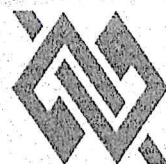


¹ Conforme Portaria MF 501/2018

FOLHA 266

VISTO

SETOR PÚBLICO



SETOR PÚBLICO

Memo n.º 458/2022

Caraguatatuba, 09 de junho de 2022.

Para: Secretaria da Fazenda

Assunto: Termos Aditivos dos Contratos de Financiamento - FINISA

Encaminho para vossa excelencia uma via original de cada termo aditivo dos contratos somando o total de 7 vias

Atenciosamente,


ARQ.ª JOSIANE FERREIRA DE SOUZA
DIRETORA DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS

Nº CONTRATO	Nº CONTA	SEGMENTO	AÇÃO	VALOR TOTAL DO CONTRATO	VALOR UTILIZADO EM 2020	VALOR UTILIZADO EM 2021	SALDO 2022	ORÇAMENTO	DOCUMENTO OBRAS
530992-21	71.019-2	Infraestrutura urbana	2281	25.000.000,00	2.174.479,30	7.405.864,84	15.419.655,86	13.494.255,86	9.740.729,15
		Saúde	2273					-	1.531.575,14
		Educacionais e esportivos	2272					-	2.221.951,57
		Aditivo I - Permanentes SESEP	2287					1.925.400,00	1.925.400,00
530991-17	71.026-5	Educacionais	2272	8.425.000,00	18.387,36	599.021,11	7.807.591,53	7.307.591,53	5.307.591,53
		Saúde	2273					-	2.000.000,00
		Social e idoso	2275					500.000,00	500.000,00
530988-62	71.017-6	Educacionais e esportivos	2272	28.650.000,00	14.309.037,91	12.630.455,89	1.710.506,20	221.951,57	-
		Saúde	2273					5.242.081,34	1.710.506,20
		Infraestrutura urbana	2281					-	-
530987-58	71.016-8	Educacionais e esportivos	2272	25.040.000,00	2.271.008,61	5.616.866,41	17.152.124,98	17.152.124,98	17.152.124,98
530986-43	71.015-0	Educacionais e esportivos	2272	17.350.000,00	5.443.823,80	10.096.844,28	1.809.331,92	1.809.331,92	1.809.331,92
530979-51	71.025-7	Infraestrutura urbana	2281	22.600.000,00	31.760,29	255.236,77	22.313.002,94	18.559.476,23	22.313.002,94
		Ambiental						-	-
530974-09	71.013-3	Infraestrutura urbana	2281	25.000.000,00	1.032.033,64	198.725,43	23.769.240,93	23.769.240,93	23.769.240,93
								89.981.454,36	89.981.454,36
				152.065.000,00	25.280.530,91	36.803.014,73	89.981.454,36	89.981.454,36	89.981.454,36

AÇÃO	DESCRIÇÃO	LOA	DIVISÃO ATUAL	DIVISÃO OBRAS
2272	Contrução e reforma de próprios educacionais e esportivos	26.491.000,00	26.491.000,00	26.491.000,00
2273	Contrução e reforma de próprios para atendimento em saúde	5.242.081,34	5.242.081,34	5.242.081,34
2275	Contrução e reforma de próprios para atendimento social e do idoso	500.000,00	500.000,00	500.000,00
2281	Infraestrutura Urbana	55.822.973,02	55.822.973,02	55.822.973,02
2287	Ações de Conservação do município	1.925.400,00	1.925.400,00	1.925.400,00
TOTAL		89.981.454,36	89.981.454,36	89.981.454,36

FOLHA 270
VISTO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Geral Adjunta Fiscal e Financeira
Coordenação-Geral de Operações Financeiras da União
Procuradores

CONTRATO Nº 216/2023/PFN
PROCESSO SEI Nº 17944.103119/2023-81

**CONTRATO DE GARANTIA QUE, ENTRE SI, CELEBRA
A UNIÃO E O BANCO DO BRASIL S.A., COM A
INTERVENIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE
CARAGUATATUBA - SP.**

A **UNIÃO**, representada, neste ato, pelo(a) Procurador(a) da Fazenda Nacional ao final identificado(a) e assinado(a), no uso da competência que lhe confere a Portaria PGFN/MF nº 726, de 12 de julho de 2023, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e o **BANCO DO BRASIL S.A.**, doravante denominado **BANCO**, representado, neste ato, pelo(s) signatário(s) ao final identificado(s), com a interveniência do **MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA - SP**, adiante denominado **TOMADOR**, neste ato representado pelo(a) Senhor Prefeito Municipal **JOSÉ PEREIRA DE AGUILAR JUNIOR**, ao final assinado(a) e identificado(a).

I — **CONSIDERANDO** a celebração entre o **TOMADOR** e o **BANCO**, em 17 de outubro de 2023, do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 40/00016-8, adiante denominado **CONTRATO**, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), cujos recursos são destinados a obras de infraestrutura viária e drenagem, reforma e construção de prédios próprios, bem como investimentos na área de educação, saúde, esportes e otimização da gestão pública, conforme autorizado pela Lei Complementar nº 100, de 11/05/2023, alterada pela Lei Complementar nº 103, de 24/05/2023 ; e

II — **CONSIDERANDO** o despacho exarado nos autos do Processo nº 17944.103119/2023-81 pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, autorizando a celebração do presente instrumento contratual, com fundamento na Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002.

RESOLVEM celebrar o presente Contrato de Garantia nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA DE OBRIGAÇÕES DA UNIÃO COMO GARANTIDORA

CLÁUSULA PRIMEIRA— Nos termos deste Contrato de Garantia, a **UNIÃO** obriga-se como garantidora do **TOMADOR**, em benefício do **BANCO**, pelo fiel, pontual e integral pagamento do montante equivalente à totalidade das seguintes obrigações, principais e acessórias, conforme descritas a seguir:

I — prestações de natureza financeira devidas pelo **TOMADOR**, compostas de principal, encargos, juros, taxas e acessórios, que sejam decorrentes do **CONTRATO**, desde que o **TOMADOR** não as cumpra no prazo avençado, obrigando-se a **UNIÃO** a honrá-las dentro do prazo previsto na Cláusula Terceira;

FOLHA 271
VISTO f

II — vencimento antecipado da dívida, somente se este for causado pelo inadimplemento contratual de obrigações financeiras de que trata o inciso I pelo **TOMADOR** e pela **UNIÃO**, e que não tenha sido sanado no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data em que o **BANCO** comunicar sua ocorrência à **UNIÃO**.

PARÁGRAFO ÚNICO— O disposto no inciso I do *caput* também inclui prestações financeiras referentes a pedidos de devolução de recursos do **BANCO** em face do **TOMADOR** em razão de não aceitação, parcial ou total, de comprovação física ou financeira apresentada pelo **TOMADOR** ou de desvio de finalidade cometido pelo **TOMADOR** na aplicação de recursos do **BANCO**.

CLÁUSULA DE EXTINÇÃO DO CRITÉRIO LEGAL DE REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS

CLÁUSULA SEGUNDA — Na hipótese de extinção do critério legal de remuneração dos recursos repassados no âmbito do **CONTRATO**, a **UNIÃO** se comprometerá automaticamente na forma da Cláusula Primeira se for adotado o novo critério legal que vier oficialmente a substituir tal remuneração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Na hipótese de não haver novo critério indicado por lei, o **BANCO** deverá indicar o índice de remuneração a ser aplicado que observe o equilíbrio econômico do **CONTRATO** observados os procedimentos dos parágrafos a seguir.

PARÁGRAFO SEGUNDO— O **BANCO** enviará à **UNIÃO** no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da substituição referida no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, proposta de critério a ser utilizado, mediante correspondência registrada, com aviso de recebimento, endereçada à Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

PARÁGRAFO TERCEIRO — A **UNIÃO** deverá manifestar sua concordância ou discordância sobre a proposta do **BANCO** no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento da comunicação.

PARÁGRAFO QUARTO— Caso haja discordância com o novo critério de remuneração indicado pelo **BANCO**, a **UNIÃO** se comprometerá na forma da Cláusula Primeira apenas no montante correspondente à obrigação calculada com base em critério por ela eleito e que preserve o equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**.

CLÁUSULA DE PRAZOS PARA NOTIFICAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA E EXECUÇÃO DE GARANTIA

CLÁUSULA TERCEIRA— Inadimplidas, pelo **TOMADOR**, as obrigações previstas na Cláusula Primeira, e persistindo tal inadimplemento pelo prazo de 3 (três) dias úteis, o **BANCO** deverá comunicar à **UNIÃO**, com cópia para o **TOMADOR**, a ocorrência do fato, para que a **UNIÃO** efetue o pagamento da dívida, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento da comunicação do **BANCO**, e após cumpridas todas as exigências estabelecidas neste Contrato de Garantia.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — A comunicação do **BANCO** à **UNIÃO** deverá ser oficializada na forma indicada na Cláusula Décima Quarta deste Contrato, da qual deverão constar: (i) o valor das obrigações garantidas vencidas e não pagas; (ii) a data de vencimento original; e (iii) as instruções de pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO — Na ocorrência do inadimplemento das obrigações a que se refere o *caput* e sem prejuízo da obrigação da **UNIÃO** de liquidar a dívida garantida, o **TOMADOR** deverá informar o fato à **UNIÃO**, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado do vencimento da dívida, na forma indicada na Cláusula Décima Quarta deste Contrato, da qual deverão constar as seguintes informações: (i) o valor da fatura vencida e não paga; (ii) a data de vencimento original; (iii) as instruções de pagamento; e (iv) as justificativas que impossibilitaram seu pagamento na data aprazada.

PARÁGRAFO TERCEIRO — Não realizada a comunicação pelo **TOMADOR** ou realizada com a inobservância das informações mencionadas no Parágrafo Segundo, a **UNIÃO** considerará as informações enviadas pelo **BANCO**, na forma do Parágrafo Primeiro, como suficientes para verificar o quantum devido e adotar as providências de sua competência para a liquidação da dívida garantida.

CLÁUSULAS DE PAGAMENTO

CLÁUSULA QUARTA— Na hipótese de vencimento antecipado do **CONTRATO**, conforme previsto na Cláusula Primeira, inciso II, deste Contrato de Garantia, e inadimplida a obrigação pelo **TOMADOR**, o prazo para que a **UNIÃO** realize o pagamento da dívida será de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de declaração do vencimento antecipado pelo **BANCO**.

CLÁUSULA QUINTA— Recebida a comunicação prevista no Parágrafo Segundo da Cláusula Terceira deste Contrato, a **UNIÃO**, por meio da Secretaria do Tesouro Nacional, providenciará o pagamento ao **BANCO** no prazo previsto na Cláusula Terceira.

CLÁUSULA SEXTA — O pagamento da dívida garantida realizado pela **UNIÃO**, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional, no seu papel de garantidora do contrato de financiamento, será efetivado via reserva do **BANCO** credor junto ao Banco Central do Brasil — BCB ou via reserva do **BANCO LÍDER** da operação, quando se tratar de operação sindicalizada.

PARÁGRAFO ÚNICO— Alternativamente, no caso de operação sindicalizada, os credores poderão indicar uma única conta-corrente para realização do pagamento da dívida garantida pela **UNIÃO**, a qual constará em anexo ao contrato de garantia e só poderá ser alterada mediante aditivo no respectivo contrato com o aval da Coordenação-Geral de Controle e Pagamento da Dívida Pública (CODIV) da Secretaria do Tesouro Nacional.

CLÁUSULA SÉTIMA— Realizado o pagamento da dívida pela **UNIÃO**, nos termos das Cláusulas Terceira e Quarta, o **TOMADOR** não poderá imputar à **UNIÃO** nenhuma responsabilidade pela incidência, nesse período, de atualização monetária, juros e outros encargos contratuais devidos e pagos ao **BANCO**.

PARÁGRAFO ÚNICO— Paga a dívida pela **UNIÃO**, ela se sub-rogará nos direitos do **BANCO** contra o **TOMADOR** e este pagará a quantia devida à **UNIÃO** na forma estabelecida no Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito, em Contragarantia, relativo à dívida garantida neste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA— O **BANCO** obriga-se a comunicar à **UNIÃO** os desembolsos realizados no âmbito da operação de crédito garantida pelo presente contrato no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados dos respectivos desembolsos.

PARÁGRAFO ÚNICO — A comunicação do **BANCO** à **UNIÃO** a que se refere o caput deverá ser oficializada na forma indicada na Cláusula Décima Quarta deste Contrato, da qual deverão constar: (i) o valor do último desembolso realizado; (ii) a data do último desembolso realizado; (iii) o montante total das liberações já realizadas na operação de crédito garantida pelo presente contrato; e (iv) os valores a desembolsar e as respectivas datas previstas dos futuros desembolsos.

CLÁUSULA DE ALTERAÇÃO AO CONTRATO

CLÁUSULA NONA — Toda e qualquer alteração ao **CONTRATO** requererá a prévia anuência da **UNIÃO** por

meio de análise a ser realizada pelo Ministério da Fazenda nos termos da legislação em vigor, exceto se a alteração se enquadrar em uma ou mais das seguintes hipóteses, situação em que a referida anuência ficará dispensada:

- (i) prorrogação do prazo final de desembolso ou alteração do cronograma de desembolso, desde que seja mantido o prazo total da operação, não haja elevação de ônus ao **TOMADOR** e não haja decisão judicial em vigor que obste a execução de contragarantias oferecidas à **UNIÃO**;
- (ii) alteração das atividades, projetos ou programas financiados pela operação de crédito, desde que não altere a finalidade da operação de crédito tal como caracterizada na lei orçamentária, em créditos adicionais ou em lei específica do **TOMADOR** vigente quando autorizada ou ratificada a concessão da garantia pelo Ministério da Fazenda;
- (iii) redução do valor da operação;
- (iv) alteração do órgão ou agente executor do **CONTRATO**;
- (v) alteração nos prazos relativos à utilização dos recursos e suas comprovações;
- (vi) alteração das contas bancárias para a movimentação dos recursos;
- (vii) alteração ou atualização das ações ou dotações orçamentárias;
- (viii) alteração que vise a atualizar a legislação orçamentária citada no **CONTRATO**;
- (ix) redução inequívoca da taxa de juros, do valor das comissões ou demais encargos;
- (x) alteração nas disposições sobre geração, guarda e apresentação de documentos; ou
- (xi) alteração que vise apenas a retificar erro material ou erro gramatical no **CONTRATO**, desde que não modifique o sentido da disposição da cláusula contratual alterada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO— A dispensa de anuência prévia da **UNIÃO** a que se refere o *caput* não exime o **TOMADOR** e o **BANCO** de observarem os requisitos legais aplicáveis.

PARÁGRAFO SEGUNDO— Qualquer alteração ao **CONTRATO** nos termos do *caput* deverá ser objeto de comunicação imediata na forma indicada na Cláusula Décima Quarta, da qual deverão constar o número deste Contrato de Garantia e a cópia do documento que formalizou a alteração.

PARÁGRAFO TERCEIRO— A comunicação de que trata o Parágrafo Segundo não afasta a prerrogativa da **UNIÃO** de rescindir este Contrato de Garantia, caso seja verificada a realização de alteração contratual em desacordo com o disposto nesta Cláusula.

PARÁGRAFO QUARTO— A verificação da existência de decisão judicial em vigor que obste a execução de contragarantias oferecidas à **UNIÃO**, de que trata o item (i) do *caput*, deverá ser realizada por intermédio do Sistema de Acompanhamento de Haveres Financeiros junto a Estados e Municípios (SAHEM), ou outro que vier a substituí-lo.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA— O **TOMADOR** obriga-se a fornecer à **UNIÃO**, anualmente, em correspondência dirigida ao(à) Secretário(a) do Tesouro Nacional, na forma indicada na Cláusula Décima Quarta deste Contrato, o cronograma dos vencimentos e respectivos valores das obrigações garantidas, informando, a qualquer momento, a ocorrência de alguma alteração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA— A securitização do crédito objeto do **CONTRATO** ou a alteração do **CONTRATO** em desacordo com o estabelecido na Cláusula Nona ensejará a rescisão do presente Contrato de Garantia nos termos do art. 474 do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA Este Contrato de Garantia vigera até que sejam extintas as obrigações do **TOMADOR** constantes do **CONTRATO** e referidas na Cláusula Primeira deste Contrato de Garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA A **UNIÃO**, por intermédio da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, providenciará a publicação de extrato deste Contrato de Garantia no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA As comunicações do **TOMADOR** ou **BANCO** à **UNIÃO** de que trata este Contrato deverão ser oficializadas por carta registrada enviada à Secretaria do Tesouro Nacional, para o(a) Coordenador(a)-Geral de Controle e Pagamento da Dívida Pública (CODIV), com endereço na Esplanada dos Ministérios, Edifício Anexo do Ministério da Fazenda, bloco P, ala A, 1º andar, sala 121, CEP 70048-900, Brasília – DF, com confirmação de recebimento, e com o envio de sua cópia por correspondência eletrônica para o endereço gecod.codiv.df.stn@tesouro.gov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA Estabelece-se, como foro competente para conhecimento e solução de toda e qualquer questão decorrente de interpretação ou execução deste Contrato de Garantia, a Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as Partes celebram o presente Contrato de Garantia, para os fins de direito.

Documento assinado eletronicamente

UNIÃO

Documento assinado eletronicamente

JOSÉ PEREIRA DE AGUILAR JUNIOR

Prefeito

TOMADOR

Documento assinado eletronicamente

KEPLER DA SILVEIRA PALHANO

Gerente Geral

BANCO



Documento assinado eletronicamente por José Pereira de Aguilar Junior, Usuário Externo, em 12/12/2023, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

FOLHA 235
VISTO



Documento assinado eletronicamente por **KEPLER DA SILVEIRA PALHANO**, Usuário Externo, em 12/12/2023, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Suelly Dib de Sousa e Silva**, Procurador(a) da Fazenda Nacional, em 13/12/2023, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **37647698** e o código CRC **6285476C**.

Referência: Processo nº 17944.103119/2023-81.

SEI nº 37647698